



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

ATA N.º 48/XIII-3º/2021-25

1 – Aos três dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, pelas 21H0, na Sala Pablo Neruda, Fórum Romeu Correia, sita na Praça da Liberdade, em Almada, realizou-se a reunião da Sessão Extraordinária referente ao mês de abril da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos;
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia;
- 3 - Período da Ordem do Dia.

3.1 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Expansão da Rede de Carregamento de Veículos Elétricos do Município de Almada e respetivo Procedimento de Concurso de Concessão”.

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “PRR-OIL2 – Costa da Caparica. Declaração de Interesse Municipal do futuro edifício municipal de apoio ao Agroparque”;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Adjudicação e aprovação da minuta de contrato do procedimento da Concessão para Exploração do Festival “O Sol da Caparica”;

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Senhor Presidente Ivan Gonçalves e pelo 1.º Secretário Ivo Almeida e a 2.ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); Bruno Ramos Dias (CDU); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Galdes (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Luis Amado Durão (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Inês Pezarat Correia Bom (BE); Karim Hassan Quintino (BE); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Sara Sofia Martins Pinheiro (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio da comunicação da Senhora Deputada Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD), manifestando a impossibilidade de estar presente e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomou posse a eleita Sónia Raquel Mota Faria (PSD).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS), solicitou a sua substituição pelo eleito Bruno Sandro dos Santos (PS).

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registaram faltas.

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, a Senhora Vereadora Francisca Parreira, do Senhor Vereador António José Matos, José Luis Buchó de Matos e Joana Rodrigues Mortágua.

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Múncipais,

Senhores Múncipes;

Referir que as reuniões da Assembleia Municipal são reuniões públicas. E, sendo reuniões públicas, são também transmitidas em *streaming*. Nós temos repórteres de imagem que permitem a transmissão em *streaming* da reunião. E, portanto, a imagem e a identificação dos cidadãos que intervêm na Assembleia Municipal passam a ser de conhecimento público. Por isso, se os/as senhores/as múncipes que pediram a palavra tiverem problemas que pretendam apresentar, mas não queiram que a sua imagem seja revelada através destes meios, podem fazê-lo da seguinte maneira: ou podem colocar a questão por escrito dirigida ao Presidente da Assembleia, que dará sequência à questão, ou podem pedir uma audiência ao Presidente da Assembleia, que terá todo o gosto de receber os múncipes que não queiram expor a sua situação de forma pública.”

5.2 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Rosa Ferreira, Luís Filipe Pereira, Nuno Passinhas, Sónia Alves, Carla Silva, Paulo Gomes, Maria Santana, Américo Alves e Sandra Vitorino.

5.2.1 – A Senhora Múncipe Rosa Ferreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Múncipais;

O meu nome é Rosa Varela e sou um dos elementos que compõem a mesa da Assembleia da Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1, nº1 do Feijó Laranjeiro. Fiz igualmente parte, no mandato anterior, da direção.

O que nos traz cá hoje é mais do que a atual situação financeira da APEE. É a incapacidade que desde já assumimos, de fazer mais e diferente, do que já fizemos até agora.

Quem nos traz cá hoje são a Maria José, a Rosário, a Raquel, a Alda, a Cinda, a Ana Cláudia, o Nuno, a Carla, a Joana, a Isabel e a Inês, que colaboram com a APEE, na maioria há mais de 15 anos - e que no dia 28.03.2024, receberam metade do seu salário, porque a APEE, não teve como lhes pagar o restante.

A 26 de Março, a mesa foi confrontada com a demissão, em bloco, da atual direção da APEE – demissão que se prende com a situação financeira da Associação, a qual tem vindo a degradar-se ao longo do tempo, como é do conhecimento do Município, quer através dos relatórios e contas depositados na plataforma, quer através dos vários emails, ofícios e moções aprovadas em Assembleia Geral, todas elas remetidas ao Município e até a esta Assembleia Municipal, sem resposta, como podem verificar na pasta que preparamos para vos entregar.

Agravou-se a nossa situação financeira em especial no período da pandemia e, depois, com os sucessivos aumentos das despesas, por via dos aumentos do salário mínimo nacional, mas também do aumento da inflação) e diminuição da receita (por via da diminuição dos subsídios concedidos pelo Município).

Perante este cenário de iminente dissolução da Associação, que terá implicações inevitáveis na execução do Protocolo (quase que diríamos delegação de competências, porque a única receita da APEE são as mensalidades pagas pelos pais e o subsídio concedido pelo Município), existem também as consequências na vida da Escola, das crianças e das famílias que hoje estão aqui representadas, e ainda na vida dos 11 funcionários da Associação, e suas respetivas famílias, que dependem financeiramente dela.

Será menos um serviço prestado à comunidade do Laranjeiro e Feijó, que em tanto, e tantas vezes, se sente desprotegida pelo seu Município.

É a procura de soluções, na prática, que nos traz cá hoje. Inscrevemo-nos em 27.03. após emails sem resposta, reuniões sem resposta, e, corajosamente ousamos dizer, um bater de portas que a nossa “cara” já não aguenta. Somos pais voluntários a tentar manter uma associação.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

E sim, já batemos à porta da Câmara Municipal de Almada e da Junta de Freguesia, sem sucesso. (Acreditem, não tocamos à campainha e fugimos).

Sabemos também que após muitas tentativas falhadas, temos uma reunião amanhã com a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, marcada após termos manifestado o nosso interesse em vir aqui.

Respeitosamente, vos dizemos, esperamos que esta intervenção, a de hoje, vos possa fazer refletir sobre o quanto precisamos de ajuda, essa ajuda é emergente e é para ontem.

As reuniões já não podem ser momentos de reflexão conjunta. Têm de ser palco para a solução, é de decisões que precisamos.

Respeitosamente, se hoje à noite lerem a pasta que vos deixamos, vão perceber o que precisamos e também os esforços já realizados por nós, munícipes de Almada, fregueses do Laranjeiro e Feijó, e sobretudo, pais voluntários para que a Escola seja um espaço privilegiado de combate à pobreza e à exclusão social, através do acesso a experiências desportivas, culturais, e afetivas às nossas crianças.

São os abraços do Nuno e da Maria José que fazem aquela escola andar.

Contem connosco para as soluções. Mas não contem mais connosco para vivermos esta angústia sozinhos, isolados numa ilha do Laranjeiro e Feijó, quando nos delegaram um protocolo que, economicamente, é impossível de concretizar, com sucesso.

Sabemo-lo nós, e sabem-no as outras associações de pais desde Concelho.

Obrigada, por nos ouvirem. Mas vamos precisar de mais do que isso.

É com esperança que encaramos a reunião de amanhã, para onde levamos, propostas.

Por último, a pergunta: Qual é a disponibilidade do nosso Município para atender a uma emergência e para nos ajudar a cumprir uma competência que é, em primeira análise, vossa?"

5.2. – A Senhora Munícipe Luís Filipe Pereira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar, recordando as palavras de Sophia de Mello Breyner Andersen)

Todos os dias, a todas as horas, somos acometidos por notícias e imagens de um extermínio deliberado de um povo indefeso, encurralado, assassinado, mesmo em momentos onde tenta recolher alguns alimentos para tentar sobreviver.

De todos os milhares de mortes, são as mulheres e crianças as mais atingidas. Seis meses após o início desta guerra, desencadeada por um ataque até agora muito mal-esclarecido do movimento do Hamas contra Israel, a resposta do exército Israelita na Faixa de Gaza causou a morte a mais de 32 mil pessoas, na sua esmagadora maioria civis, mulheres e crianças indefesas, causando ferimentos considerados graves em mais de 75 mil.

O Jornal The Washington Post, noticiou que a Administração Norte Americana liderada pelo Presidente Joe Biden, autorizou discretamente há uma semana, o envio de mais armamento para Israel, citando fontes do Departamento de Estado e de Defesa.

Este Jornal na passada sexta-feira tinha em manchete que a transferência de milhões de dólares em equipamento militar ocorre apesar das preocupações de Washington com uma ofensiva militar Israelita para Rafah, no sul da Faixa de Gaza que continuará a ameaçar e aniquilar dezenas de milhares de civis Palestinos, Dizem-se preocupados, mas não param de enviar armamento para continuar o extermínio do povo Palestino.

O equipamento militar inclui bombas MK84 e MK82, com alto poder de destruição, o Jornal refere que segundo relatórios e notícias da imprensa internacional, que Israel utilizou largamente este tipo de bombas em Gaza, nomeadamente, no bombardeamento de um campo de refugiados a 31 de Outubro de 2023.

A Palestina sofre o abuso e a insensibilidade cruel de Benjamim Netanyahu e do seu governo.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Vemos ouvimos e lemos, relatórios da fome, o caminho da injustiça, a linguagem do terror, as bombas sobre Gaza, vergonha de nós todos, reduziu a cinza a carne das crianças, do mundo à Palestina, sobe a lamentação dos povos destruídos, dos povos destroçados, nada pode apagar o concerto dos gritos, o nosso tempo é pecado organizado. (Sophia de Mello Breyner).”

### 5.2.3 – O Senhor Município Nuno Passinhas:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Há um ano atrás vim falar sobre esta situação da comunidade escolar e afins, em nome pessoal. Hoje tocou-me à porta, é a Associação onde eu trabalho que veio aqui falar convosco. Não deixo de vir aqui a nível pessoal falar sobre isso.

Neste momento vejo uma de três soluções para a associação onde eu trabalho, que é educar as crianças que a todos nós pertencem. Vejo três situações: a associação fecha e alguém tem que arranjar uma solução. Cria-se viabilidade financeira, a associação pode continuar aberta, vários caminhos para isso acontecer. Terceira solução, que a nível pessoal é boa, a nível global acho que é a melhor, foi a que eu vim falar convosco aqui há um ano e aguardo resposta da Senhora Vereadora sobre isso. A integração dos trabalhadores e de tudo o que é a componente educativa, pela Câmara Municipal. Ou seja, se a responsabilidade deveria estar no Estado de garantir que os nossos filhos as nossas crianças são bem educadas e recebem o melhor que podem, o Estado devia se basear numa coisa que é a excelência, sendo o Estado, sendo a Autarquia, sendo a associação de poder há um ano atrás, eu falei-vos de triangulo, eu gosto de figuras geométricas, onde estão os trabalhadores, onde estão os pais e onde estão as autoridades e essas três entidades têm de zelar por quem está no meio desse triangulo que todos nós sabemos bem quem são, são as crianças, são o futuro, é aquilo que nós queremos ver sempre melhor.

Acho que a responsabilidade, o grande ónus de responsabilidade tem que cair sobre a autoridade e a autoridade tem que ser excelência, a autoridade tem que querer ser o melhor para os nossos filhos, para os nossos trabalhadores, para os nossos pais. Ou seja, no topo desse triangulo que pode girar, que é o que o poder faz, gira os triângulos, acho que tem que estar lá em cima a autoridade e a autoridade tem que garantir que os pais estão bem, que os trabalhadores estão bem, para aquilo que é mais importante, ou seja, a vida, as crianças e o futuro, ser garantido da melhor maneira no meio. E o que eu vejo nesta altura no mundo, em Portugal, na minha associação, é que o triângulo anda sempre às voltas e quem tem o ónus da responsabilidade não garante o bem-estar de quem está lá no meio, de quem é importante, todos nós, o nosso futuro, as crianças.

O meu pedido para vocês é que vocês assumam a responsabilidade, é tão simples quanto isso.”

### 5.2.4 – A Senhora Município Sónia Alves:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A minha família vive nas Terras da Costa desde 1851. Esta menina que aqui está é a 5ª geração.

Temos estado a ser deparados quase que diariamente, com entrada nas terras, com demolições de casas. Sejam elas de que natureza forem, não conseguimos perceber o que é que se passa.

Portanto, a pergunta que não quero calar e que nós queremos fazer à Senhora Presidente, garante que não vai tirar as casas de 1ª habitação, às famílias que vivem e trabalham nas Terras da Costa há mais de 5 gerações? Esta é uma pergunta que já lhe foi colocada diversas vezes, em sessões de esclarecimento privadas, com outros municípios e até hoje a Senhora Presidente nunca nos conseguiu garantir que não vai mexer nas nossas casas em função do Agroparque.

Eu peço desculpa, porque estou muito nervosa, esta situação é uma situação muito difícil, nós corremos o risco de ficar sem a nossa casa.

Os agricultores locais, podem ficar descansados para o seu meio de subsistência e poderão continuar a cultivar e produzir nos seus terrenos, seus terrenos, estes terrenos são dos agricultores que vivem lá há gerações diga a Câmara Municipal o que disser.



Não querendo fazer parte do projeto do Agroparque ou são obrigados a fazer parte deste projeto? O que nós perguntamos é: os agricultores que lá estão, que lá vivem, produzem, que fazem o seu IRS como agricultores, desculpem, mas eu não sei palavras caras, são pessoas que vivem da terra, que declaram os seus rendimentos em sede de IRS como agricultores, estas pessoas são obrigadas a aderir ao Agroparque? E se não quiserem aderir ao Agroparque? O que é que lhes vai acontecer? Vão ver os seus terrenos ser distribuídos por outras pessoas que nem sequer fazem parte das terras, quem é que vai para lá? Nós não conseguimos perceber. Este é um projeto que tal como a Senhora Presidente dizia na reunião de dia 4 de março, que é um projeto muito preliminar. Então o que nós pedimos é que antes que este projeto avance, antes que mais pessoas fiquem prejudicadas, que todos os que têm o poder de decisão nesta sala, que por favor, estudem o projeto, vejam as implicações que tem na comunidade, nas pessoas que lá vivem há gerações, antes de aprovarem seja o que for.

Eu quero fazer aqui mais uma questão que é: numa das reuniões que a Senhora Presidente da Câmara esteve connosco nas Terras da Costa, foi dito que era intenção dar prioridade aos agricultores locais, dinamizando o escoamento dos produtos e levando a concurso apenas os terrenos que efetivamente não tenham ninguém a viver ou a cultivar.

Sendo que é importante referir, que há terrenos que na sua maioria não são para cultivo para animais, são para fazer palha. Claro que se passarem nas Terras da Costa vão ver terrenos e vão dizer: “aquele terreno está abandonado”, não, não está meus senhores, aquele terreno tem dono, aquele terreno ou está a fazer palha ou está numa coisa muito simples que se chama Posio. E isso varia de agricultor para agricultor, tem a ver com aquilo que um agricultor lá coloca e não é agora com esta história da agricultura biológica e do Agroparque, que vem o Senhor Engenheiro dizer que estes agricultores que têm mais de 40, 50 anos de agricultura, como é que se põe uma batata. Nós precisamos de ver esclarecida esta questão do Agroparque.

A semana passada foi deitada uma casa abaixo sem quê nem porquê, independentemente. Neste momento o senhor que viu a casa deitada abaixo tem alfaias na rua. Quem que paga este prejuízo? Já foram levantadas as autorizações REN e RAN para que isto possa acontecer? A Câmara Municipal já tem as autorizações necessárias? A Câmara Municipal comunicou com as pessoas? A Câmara Municipal por acaso teve interesse em pagar as mais valias às pessoas, Se é isso que realmente vai andar para a frente?

E tenho outra questão. Com o Agroparque, dizendo a Senhora Presidente da Câmara que há terrenos que vão ser entregues sabe Deus a quem, com um valor que se estima segundo os senhores têm dito, à volta dos 800 euros por hectare anuais, ou seja, isto é um balúrdio porque as pessoas não conseguem pagar, eu quero perguntar como e se a Câmara Municipal vai fornecer a água e a luz. É que a luz que lá está, as pessoas pagam a luz mensalmente, nós todos temos contratos de luz, a água, alguns têm água canalizada, sabe Deus como, outros por exemplo, os meus sogros que vivem lá desde sempre, o meu sogro tem 80 anos e ainda não tem água canalizada. Portanto, a água dele é do furo e já fizemos 4 pedidos à Câmara Municipal, e até agora nada.

Portanto, não conseguimos perceber onde é que estes agricultores que supostamente vão ficar com estes terrenos vão buscar a água. Até porque, é de ressaltar que os postes que lá estão são mais valias das pessoas que lá estão. Os poços não nasceram, os poços foram construídos, foram pagos pelos agricultores e pelas pessoas que lá vivem.

A pergunta que não quero calar é: a Senhora Presidente da Câmara garante que não vai tirar as casas de 1ª habitação aos munícipes e às pessoas que lá vivem? É essa a nossa verdadeira pergunta.”

5.2.5 – A Senhora Múncipe Carla Silva:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O assunto que me traz aqui é também o tema Agroparque. Eu sou a 5ª geração de uma família de agricultores.

Esta situação está a deixar muita gente em pânico e inclusivamente há suicídios que estão a acontecer. É preciso ter muita atenção ao que está a acontecer.

Na reunião de Câmara que sucedeu no dia 4 de março, a Senhora Presidente mencionou que existe um estudo muito prévio, muito preliminar, que ainda há necessidade de ser submetido à aprovação da Entidade Regional

2



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Agrícola Nacional, porque os terrenos estão em zona de RAN como é que nós podemos andar para a frente e começar a destruir casas de agricultores, colocar alfaias na rua, colocar um edital a um sábado e entrar com máquinas numa segunda-feira, e deitar simplesmente abaixo, chegar as autoridades e mandarem tirar as alfaias ou elas vão ficar ai debaixo. Isto é surreal, estamos a falar em agricultores. Este senhor agricultor cultivava estas terras há 40 anos. O meu avô já cá não está, tinha 90 quando faleceu eu tenho 50 anos, foram os meus avós, os meus bisavós, isto que estão a fazer é desumano, foram estas pessoas que fizeram acontecer as Terras da Costa como elas estão hoje. Não é justo que agora se queira fazer um parque desportivo de basquetebol, visitável ao público, somos um jardim zoológico? Eu não percebo o que é que isto quer dizer, acho que ninguém está a perceber, as pessoas estão em pânico, estamos a falar de pessoas de idade. Eu acho que não foi feita uma avaliação territorial às pessoas que ali residem, à idade das pessoas, o que é que estes agricultores vão fazer que só subsistem dali o que é estão a pensar fazer? Entrar pelos terrenos dentro e simplesmente fazer uma invasão? Não vai suceder da melhor forma. Eu acho que todos que estamos aqui somos seres humanos, temos que perceber, estamos a falar de um PRR de 2.7 milhões, é muito dinheiro, é realmente uma verba muito interessante eu diria. Não vale tudo, não vale passar por cima das pessoas, não vale passar por cima de prazos legais, de situações necessárias que é preciso prever, estudos que é necessário serem feitos, se estamos numa reserva agrícola então vamos perceber o que é que pode ser feito e não pode ser feito.

Porque é que as pessoas que ali estão e que temos ali sangue jovem, porque é que não podem fazer eles próprios quintas pedagógicas, centros hípicas, porquê? Já tentaram, são barrados, não podem. Agora vamos requalificar pequenas infraestruturas e iluminação, agora ao abrigo de um Agroparque, de uma coisa turística. Isto é turismo. Não estamos a falar nas populações desfavorecidas, porque se estivéssemos a falar de comunidades desfavorecidas não fazíamos isto aos agricultores.

Tenham em atenção que estamos a falar de pessoas com muita idade, não têm mais nada. Tenham em atenção que estas pessoas de muita idade também têm filhos, também têm netos. São pessoas, seres humanos, há deontologicamente formas de as coisas serem feitas, o dinheiro não vale todos e o dinheiro não compra tudo.

E pedia aos presentes que aqui estão, que avaliassem muito bem o votar por unanimidade, qualquer coisa que se chama um parque de laser visitável ao público dentro de terrenos de agricultores, pessoas de idade, pessoas que não sabem fazer outra coisa e que os jovens filhos estão a tentar ajudar essas pessoas de idade, a requalificar sim, de uma forma que se pode chamar uma quinta pedagógica.

Eu vou dizer que tenho uma filha que teve um AVC com 6 anos, eu tenho me movido para a minha filha ter uma terapia especial com cavalos, eu tenho cavalos ao meu lado, à direita e à esquerda dos terrenos, eles não podem fazer uma escola para ajudar crianças com necessidades especiais como a minha filha e a minha filha não pode ter porque eu não posso pagar. Portanto, vejam bem tudo isto se é justo, se estamos a proceder bem, se vale tudo, porque se valer tudo por dinheiro, pensem bem, então o crime também é válido por dinheiro, então podemos avaliar que isto é só crime público, não um espaço viável de laser que vamos transformar a qualquer custo e vamos lá pôr os agricultores numas ciclovias nuns espaços desportivos, por favor vejam as notícias. Todo o que está a ser escrito é muito preocupante. Pensem bem antes de votar, pensem nestas pessoas de idade, não têm outra coisa. E nós filhos de outras gerações que ali estamos, estamos a tentar ajudar a modificar, chegam ao pé destas pessoas de idade e dizer vamos fazer aqui agricultura biológica, vamos vos ajudar. Podemos entrar e ver os vossos poços?

Nós dissemos que não, que não iam entrar porque não acreditamos e queríamos ver documentação, não tinham documentação para mostrar. No dia seguinte apareceram com umas máquinas de perfuração fora da cerca a perfurar. Uma semana depois, aparecem os editais e disseram: vão ser construídos aqui 9 edifícios. Portanto, vejam bem o que é a tal agricultura biológica, vamos entrar aí dentro para ver os vossos poços e ver a água.

Por favor eu peço a melhor atenção, a melhor prudência, a melhor humanidade aquilo que vos estamos aqui a pedir."

5.2.6 – O Senhor Município Paulo Gomes:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Eu sou o agricultor que já foi mencionado, já sou agricultor naquele terreno há 42 anos, que eu cultivo aquele terreno. Ao meu lado há lá um bairro de africanos em que realmente estão a dar casas ou a reabilita-los, e junto ao bairro onde eu faço a horta, foi-me colocado a um sábado um edital a dizer que na segunda-feira ia ser demolido. Tinha lá a camioneta, dois tratores, tinha lá alfaiates, tinha chuveiros, tinha adubos, tudo. Eu perguntei onde ia por tudo, não tenho direito de saber como é que é, não me dizem nada, chega-se aqui e vai abaixo? Mas em que país é que eu estou? Nos africanos andaram a dizer têm uma reunião, vão ter casa, vão para o Monte, tudo muito bem. Eu que sou agricultor, moro ali há 42 anos, não me dizem nada, dizem só que me vão deitar a casa abaixo.

O barracão e tudo o que lá tenho vai tudo a baixo. Mas em que país é que eu estou? Será que por eu ser agricultor não mereço uma explicação? Gostava que a Senhora Presidente da Câmara me explicasse porque não tem uma conversa comigo, é só colocar um edital a um sábado, a dizer que na segunda-feira aquilo era para demolição.

Gostava que alguém me respondesse o que é que vai ser feito de mim, se eu não tenho onde guardar uma inchada, não tenho onde guardar uma saca de adube, não tenho onde guardar nada, vai tudo abaixo, o que vai ser feito de mim? Vou cultivar aonde? O que é que a senhora Presidente me diz a este problema, porque eu sou agricultor eu vivo de agricultura, não tenho outro meio de sustento. Gostava que a Senhora Presidente me pudesse responder.”

5.2.7 – A Senhora Muniçipe Maria Carolina Santana:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu já ando nestas lides há muito tempo, desde os 20 anos que eu me dediquei a esta causa, porque sou filha de agricultores, neta de agricultores, tenho lá as minhas filhas os meus netos, e eu preocupo-me muito com a situação destas pessoas. Porque sempre vi estas pessoas a trabalharem muito, debaixo de chuva, debaixo de sol a cavarem, nunca tiveram um sábado ou um domingo, e eu gostava que a Senhora Presidente tivesse muita atenção com estas pessoas muito trabalhadoras, uns grandes heróis, são estas pessoas que lutaram, que fizeram ali, estas pessoas que não têm mais nada a não ser o que está ali, casas, poços, eletricidade, água, foi tudo arranjado pelas pessoas que estão ali. Eu só pedia à Senhora Presidente que tivesse muita atenção e que esclarecesse bem aquelas pessoas que estão a viver em pânico com esta situação. Eu o que eu peço encarecidamente, que tenha muito respeito por aquelas pessoas lutadoras e que trabalharam muito para estarem ali.”

5.2.8 – O Senhor Muniçipe Américo Alves:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sou agricultor nas Terras da Costa, estou inscrito numa empresa, vão produto lá para fora, e tenho tido problemas, a luta pela Câmara tem sido sempre sobre apanhar o terreno ali. O terreno, o meu avô nasceu em 1897 ali, eu tenho um filho com 55 anos também está escrito e também legalizado e também está a trabalhar lá. Tudo isto que tem acontecido, não há razão para isso, o terreno não tem dono, o senhor Cardoso que se fez dono daquilo obrigava até a pagarmos renda e ele não era dono, eu até nem sei como é que a Câmara Municipal conseguiu comprar um terreno com tantos advogados que tem bons, e comprar a uma pessoa terreno de que não era dono, eu não sei como é que se faz essas coisas. Foi metido 22 processos em ação, nos primeiros 8 processos eu fui testemunha, o Senhor Juiz perguntou-me se eu achava que tinha direito ao terreno a que eu respondi “porque não?”, se o senhor Cardoso não era dono, não herdou de ninguém, e o meu avô nasceu em 1897 e eu até disse que me admirava a Câmara Municipal ter comprado o terreno com os advogados que tinha, ir comprar um terreno a uma pessoa que não era dono. E nós ganhamos essa ação.

Agora, sobre estas coisas todas, em 1991 e 2010, fui assaltado, partiram 7 tubos, apareceu lá a polícia e levou os empregados da Câmara para me partirem aquilo, só me partiram 7. Mas depois mais tarde entraram lá foi 35 GNR que lá foram, eu corri claro ainda não estava preso, agarram-me os dois braços, arrancaram-me a pele dos 2 braços, deve ser por causa das luvas que tinham, isso até foi filmado, mas foi tudo esquecido e tem sido uma vida de massacre, não consigo dormir a pensar nisto.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

E agora querem fazer o Agroparque, agora só falam em construções, não falam sobre as pessoas, os animais que lá vivem.

Eu gostaria de saber, se estou legalizado e sou obrigado a ir para o Agroparque para destruir a minha vida? Aproxima-se dos 8 hectares de terreno e eu encho aquilo todos os anos, tenho lá faturas se for necessário para mostrar. Já fiz 80 anos no dia 16 de março, estou no fim e gostaria de acabar ali. Peço a Senhora Presidente que nos deixe viver o resto do tempo descansados.”

5.2.9 – A Senhora Muniçipe Sandra Vitorino:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Sandra Vitorino, e mudei-me dos Olivais em Lisboa, para a Cova da Piedade há cerca de 2 anos. O motivo da minha participação nesta Assembleia Municipal, prende-se com o estacionamento na Cidade de Almada, que considero um flagelo. Um flagelo porque não existe opção de estacionamento para os munícipes, um flagelo porque por toda a Cidade e com especial ênfase para Cova da Piedade onde resido e Centro de Almada, existem centenas de veículos estacionados em cima do passeio, dificultando ou mesmo impossibilitando o acesso a pessoas com mobilidade reduzida e passando uma imagem caótica da Cidade de Almada.

Gostaria assim, de deixar para a resolução deste problema a seguinte proposta:

Primeiro, em todas as vias com passeios largos que existem inúmeros espalhados pela Cidade, colocar estacionamento em espinha, na minha zona por exemplo, existem muitas ruas com um passeio enorme onde é perfeitamente fazível muito estacionamento para muita gente que precisa.

Segundo, privilegiar as vias de sentido único na Cidade, para possibilitar mais estacionamento e ecopontos. Os ecopontos existentes são manifestamente insuficientes e a nossa Cidade está suja, com lixo espalhado pelo chão junto aos contentores.

No Bairro da Cova da Piedade onde eu resido, não existe um único ecoponto e tendo eu criado uma solicitação para recolha de reciclagem porta a porta, foi-me respondido pelos serviços da Câmara Municipal de Almada, que as ruas são demasiado estreitas e que tal não é possível.

Terceira e última proposta, dar vida ao espaço do Centro Sul que há mais de 30 anos está dedicado ao estacionamento errático, onde se verificam diariamente assaltos e criminalidade.”

5.3 – Em resposta aos Senhores Munícipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais António Pedro Maco (CDS-PP), Luís Filipe Palma (CDU), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), João Eduardo Geraldês (CDU), e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.3.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, eu dirijo-me a si neste período aberto aos cidadãos, e dirijo-me sobretudo ao senhor agricultor Senhor Américo. Senhor Américo muito gosto em revê-lo.

Senhor Américo, 10 anos depois nunca imaginávamos que isto voltasse a acontecer.

Senhora Presidente da Câmara, estas pessoas que aqui estão e eu não sabia que elas vinham cá hoje, eu pouco sabia até deste problema, até porque a Assembleia Municipal muito pouca informação tem ainda sobre este projeto e portanto, foi com estupefação que eu hoje vejo aqui esta moldura humana de agricultores que novamente estão a passar pelas mesmas dificuldades que passaram há 10 anos.

São pessoas honestas, são pessoas trabalhadoras e são pessoas que têm dado muito rendimento e que colocam produtos da terra lá fora e no estrangeiro. São agricultores que dão de comer ao povo e mais uma vez estão a passar pelos mesmos problemas que passaram há 10 anos, porque mais uma vez a Câmara Municipal não compreende como funciona e como trabalha e qual é génese destas pessoas e desta gente.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

E.

Senhora Presidente, temos pelo Concelho vários territórios problemáticos, este não é com certeza. Temos aqui pessoas honestas e pessoas trabalhadoras e, portanto, Senhora Presidente, aquilo que eu venho aqui pedir é que tome atenção porque já uma vez não desistimos e não vamos desistir de novo.

Eu solicito aqui desde já e comprometo-me relativamente às pessoas presentes das Terras da Costa, solicitarei junto do Senhor Presidente da 3ª Comissão da Assembleia Municipal, que marque urgentemente uma reunião da Comissão para recebermos a Senhora Presidente, para nos dar os efetivos esclarecimentos relativamente a este problema.

E Senhor Presidente da 3ª Comissão, gostaria que pudéssemos também marcar uma reunião com representantes dos agricultores e que pudéssemos também nos dirigir às Terras da Costa e verificar efetivamente o que é que está a acontecer. O CDS não quer nada fora da Lei, com certeza queremos ter conhecimento do que aqui se passa e, portanto, eu deixo aqui um ultimato com todo o respeito. Senhora Presidente, não tenha o atrevimento de mandar novamente as autoridades para as Terras da Costa, para impedir estes trabalhadores de trabalharem as suas terras.

5.3.2 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dirijo-me à questão que foi aqui colocada pela Associação de Pais da Escola Básica Nº 1 do Feijó.

Dizer-vos que passados estes meses, pensávamos nós que a situação estivesse bem encaminhada, se bem se recordam, eu estou aqui a ver algumas caras que foram recebidas na Junta de Freguesia por mim próprio e pelas vogais da educação, nós tivemos nessa reunião a oportunidade de vos dizer e dos vos aconselhar que se deviam dirigir à Assembleia Municipal, também encaminhamos um ofício para a Câmara Municipal mas pelos vistos, nem vocês tiveram a resposta, nem nós tivemos resposta. E dizer-vos que a bancada da CDU e a Junta de Freguesia está solidária convosco como sempre esteve e dizemos daqui tão bem vos compreendemos. Porque nós sempre dissemos em todos os fóruns que a quem são delegadas competências, elas devem vir com o envelope totalmente preenchido quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista dos recursos humanos. E nós já temos experiência por nós, enquanto Junta de Freguesia.

Portanto, o que nós pedimos à Câmara Municipal de Almada, é que se delegou competência numa associação que está a fazer um trabalho tão válido, tão meritório, que tem monitores que trabalham lá, falaram aqui há 15 anos eu próprio se calhar conheço alguns há mais de 20 anos, e que têm de ter os seus direitos salvaguardados, têm que ter o seu posto de trabalho salvaguardado e a função que cumprem também salvaguardada para bem das crianças que frequentam aquele espaço. E daí apelar à sensibilidade da Câmara Municipal para que responda perante este agravamento desta situação financeira das dificuldades que foram aqui colocadas, que se resolva e que cheguemos todos a bom porto, a bem do trabalho que estas pessoas, estes técnicos, estão a fazer com as crianças da nossa comunidade educativa.”

5.3.3 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na Sessão passada trouxemos a situação dos refeitórios, infelizmente continuam a chegar-nos fotos de refeições que não servem para as nossas crianças, quer em qualidade e quer em quantidade.

Lembramos que a Câmara Municipal continua sem responder sobre o assunto. Mas afinal, o que é que se passa também com os Agrupamentos da Escola do Feijó Laranjeiro?

Sabemos que a Escola Rosa Colaço, continua à espera da construção, talvez em setembro esteja construída, a desculpa do abandono da CDU já não serve para os sete anos;

Continuamos com problemas na Escola do Alfeite como ouvimos em todas as Sessões;

A Escola Conceição e Silva continua a necessitar de obras e agora, mais esta situação.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Precisamos de medidas urgentes, investimento urgente para da qualidade às escolas, para que estas situações não se continuem a repetir e que não venham a esta Assembleia Municipal.

Estamos solidários com as preocupações destes pais e destes empregados, porque tem que haver uma continuidade, tem que haver uma proposta de vida, tem que haver um caminho para as nossas crianças e para as nossas famílias, algo que CHRGAS defende desde sempre e eles não conseguem ver nem nós.

Relativamente ao assunto das Terras da Costa, isto parece infelizmente, que se está a formar mais uma trapalhada da Câmara Municipal de Almada, porque a informação continua a não existir, nem para as pessoas que lá moram, que lá trabalham, nem para a Assembleia Municipal que continua sem ter informação sobre o assunto.

O CHEGA vai entregar um requerimento para pedir esclarecimentos sobre o assunto e somos de opinião que em virtude do que tem sido dito, do que tem aqui surgido, que a Câmara Municipal deveria ponderar em retirar esta proposta da votação. Estão aqui demasiadas dúvidas, estão aqui demasiados temas, está aqui claramente um alarme social que tem que ser resolvido antes de avançarmos sem esclarecer a população. O CHEGA concorda que este assunto deverá descer à 3ª Comissão, mas se não for suficiente nas Comissão da Assembleia Municipal, poderemos propor mesmo a criação de uma Comissão Eventual para acompanhar esta situação, porque claramente algo está a falhar.”

5.3.4 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O primeiro objetivo da proposta sobre as Terras da Costa que iremos discutir a seguir, visa a qualificação ambiental e a dignificação das populações residentes. Está lá escrito.

Aquilo que ouvimos aqui hoje, por cinco intervenções de munícipes que são cidadãos, das Terras da Costa, e que nos vieram aqui expressar a sua profunda preocupação pela forma como este processo está a ser conduzido pela Câmara Municipal, aconselha, a que a Câmara Municipal tome a iniciativa de retirar esta proposta da agenda de trabalhos da reunião da Assembleia Municipal de hoje, porque obviamente, que as questões que aqui foram trazidas carecem de avaliação, carecem de ponderação e carecem de uma avaliação mais profunda do que aquilo que aconteceu na reunião de Câmara.

Os pressupostos que levaram à aprovação unanime na reunião de Câmara desta proposta, estão hoje profundamente postos em causa pelas intervenções dos cinco munícipes que aqui nos vieram trazer informação completamente dispar, relativamente aquilo que é a proposta que temos em cima da Mesa.

A nossa posição, a da CDU, é de pedir à Câmara Municipal, que retire esta proposta da agenda de trabalhos da reunião de hoje da Assembleia Municipal, e que proceda a uma avaliação mais profunda da proposta em si mesmo.

Para terminar, apenas deixar aqui claro, foi aqui referido uma situação do passado, que não tem rigorosamente nada a ver com aquilo que se está a passar hoje nas Terras da Costa, rigorosamente nada a ver, são questões completamente distintas e que a CDU não aceitará que haja confusões relativamente a esta matéria.

Reitero o pedido da CDU, no sentido que a Câmara Municipal pondere a retirada desta proposta da agenda de trabalhos da Sessão de hoje.”

5.3.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu como o meu tempo é limitado nesta sessão, começo a minha intervenção por dizer a todos os agricultores aqui presentes das Terras da Costa, que para além da sessão que já fizemos, penso que em final de janeiro, me disponibilizo para ir com todos aqueles que não puderam estar nessa sessão.

Eu quero dar nota que este projeto está a ser trabalhado há mais de um ano e meio, que houve sucessivas reuniões com vários agricultores, que entretanto, foi criada uma associação de agricultores que é nossa parceira,



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

E.

que naturalmente, as pessoas não são obrigadas a fazer parte da associação, é natural que não tenhamos conseguido falar com todos, para além das reuniões que os serviços têm feito regularmente, no âmbito do Espaço Cidadão da Costa da Caparica, continuam a estar lá todas as informações que necessitam. Mas desde já, porque o meu tempo é limitado, eu vou explicar algumas das coisas, mas tudo o que ficar por esclarecer, fica já aqui o meu compromisso, de eu própria mais os técnicos voltarmos a fazer mais uma reunião com todos aqueles que ainda não entenderam e estão inquietos com este projeto, que como disse e bem, o Senhor Deputado Municipal João Geraldês, não tem nada a ver, senhor Américo que eu tive o gosto de receber na Câmara Municipal, numa reunião especial, que um grupo de moradores e agricultores das Terras da Costa, pediu para ser recebido na Câmara e eu tive o gosto de o receber e eu expliquei-lhe que não tem nada a ver com a intervenção onde o senhor Américo de facto, foi magoado nos braços, e a grande diferença é que aqui não há forças policiais, só há colaboração entre a Câmara Municipal e os agricultores que lá moram.

Eu volto a dizer, para além das muitas reuniões com os serviços, para além de eu receber na Câmara Municipal todos aqueles que me pediram, fui eu própria às Terras da Costa, e a senhora munícipe esteve lá, mas eu tenho todo o gosto de voltar a reunir consigo, juntamente com toda a equipa, para esclarecer todas as dúvidas que tem.

Ponto um, a questão da construção das casas, não tem a ver com o Agroparque, tem a ver com terreno municipal construível, onde há o projeto de construção de 140 fogos.

A questão da construção dos 140 fogos, e até podendo imaginar que sim, eu sei algumas pessoas foram ocupando aqueles terrenos, que são comprovadamente municipais, não estamos a dizer que essas questões não tenham que ser vista, aliás, a reunião que eu tive, onde esteve presente o senhor Américo, era exclusivamente, de pessoas que estavam nessa faixa de terreno, não tem a ver com a reunião que eu tive nas Terras da Costa.

Ponto dois, e penso que houve processos em Tribunal, como sabem, alguns de vocês se calhar até fizeram parte, que estiveram em Tribunal quase 20 anos, penso que estão todos recordados. Esses processos na grande maioria, na esmagadora maioria, e eu não vou aqui detalhar nenhum, todos eles já transitaram em julgado e última instância. O projeto do Agroparque, que é um projeto para ser feito com os agricultores, o que visa é ser um instrumento de conciliação entre aqueles que lá estão a trabalhar as terras, o possam fazer de forma legal e regular, e acabarmos com a situação de conflito que se traduziu em anos de processos em Tribunal. E sim, o primeiro dos objetivos do Agroparque e que foi um objetivo já declarado no mandato anterior, é sim, é dignificar aquelas terras, qualificar aquelas pessoas e encontrar uma forma também de responder a muitas das dificuldades que nos têm transmitido, mesmo para sua atividade atualmente. Não, não é um parque para fazer apenas agricultura biológica porque nem sequer tem condições para o ser.

Portanto, é um terreno onde haverá um programa de transição, porque senão fizermos essa transição nem sequer conseguem vender os vossos produtos, e estou a repetir algo que agricultores nos transmitiram, que neste momento lhes são pedidos, avaliações de terreno, avaliações de qualidade, que lhes estão a fechar mercados onde antigamente podiam ir.

Portanto, o que está em cima da mesa é de facto um projeto com um redesenhar basicamente de detalhe que nós deixamos de parcelas, onde os agricultores que lá estão são convidados a inscreverem-se, a responderem a um inquérito, para depois podermos criar um sistema de relacionamento entre a Câmara Municipal e os agricultores, onde deixem de estar na situação de grande precariedade onde estão, independentemente de quantas gerações, e eu já disse isso, quem já lá está a trabalhar, deve dar-se a conhecer, deve-se inscrever para poder ser encarado e tratado nesta distribuição de terras, legalmente relacionando-se com a Câmara Municipal e acabar com a situação de conflito. Obviamente, que em simultâneo também estamos a requalificar o território.

O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, que acha que sabe de tudo antes mesmo de saber, volta a dizer que está tudo igual outra vez e logo a seguir diz que não sabe o que está. Não, não tem nada a ver com situação de há 10 anos, não, não estamos no mesmo ponto, não, não é a mesma situação, e está no seu legítimo direito de pedir informações e eu agradecia sempre que o fizesse antes de fazer declarações aqui tentando



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

aproveitar algum mau estar das pessoas. Eu volto a repetir, a grande sorte que nós tivemos, foi conseguirmos esta candidatura, que como algumas das pessoas disseram, é muito dinheiro que nos permite o quê? Para além de requalificar infraestruturas, para além de colocar iluminação, para além de podermos ver sistemas de rega, também temos toda uma série de propostas que já começaram, mas para isso os agricultores têm que se inscrever, ações de formação, eu tenho aqui aliás, eu não vou ler todas as ações de formação que estão previstas, mas posso dizer que as primeiras ações de formação começaram dia 2 de abril e é para novas técnicas de cultivo, apreciação dos solos, montagem de negócio, dar-vos o apoio que nunca tiveram. Não é estar a ensinar-vos a plantar batatas, aí os senhores sabem melhor do que ninguém como o fazer, agora é necessário fazer de facto uma reconfiguração, uma requalificação daquelas terras e ninguém está a fazer contra vocês ou sem vocês.

Em simultâneo e é a terceira vertente, toda a gente sabe o bairro absolutamente precário que lá está. E sim, estamos também com um programa de realojamento das pessoas que vivem nas condições indignas daquele bairro. Que é em simultâneo com o projeto do Agroparque. Aquilo não vai ser um parque de diversões, aquilo vai ser um espaço de trabalho agrícola que está aliás, classificado em REN e em RAN e vai continuar a estar. O que se significa que são terras cultiváveis e para serem cultivadas por quem as sabe cultivar, não é por mim, não é pelos senhores vereadores, nem por nenhum que lá está, é por quem as sabe cultivar. Mas de forma pacífica e regular, numa boa pareceria em colaboração entre nós e não em conflito permanente que é aquilo que os senhores têm vivido. Porque episódios como viveu senhor Américo, não, eu não quero que nunca mais a Câmara Municipal de Almada, protagonize episódios como aquele que o senhor Américo viveu.

Agora, para isso, temos que colaborar entre nós e temos que dialogar.

Nós fizemos também uma reunião com os moradores das terras do Lelo, há um programa de realojamento que lhes foi apresentado, há um faseamento desse programa, já houve 11 famílias, 11 agregados que foram realojados, e à medida que vão sendo realojados estão previstas demolições. O que me foi dado saber neste curtíssimo espaço de tempo, mas também deixo aqui o meu compromisso de verificar consigo, é que pelos vistos esse seu armazém estava dado como ocupação não habitacional. Agora, eu já pedi para ver quando é que foi o edital, com quanto tempo de antecedência, e se houve algum mal-entendido, apresento desde já as minhas desculpas. Agora, aquilo estava identificado nos serviços da Câmara Municipal como uma ocupação não habitacional e pode de facto, não estava inscrito em lado nenhum com o uso que o senhor lhe estava a dar. Eu não estou a dizer que não devesse ser demolida à mesma, porque tudo aquilo vai ser demolido. Agora, talvez pudesse ser com mais algum tempo e é essa questão procedimental que eu vou pedir esclarecimentos, ficando desde já disponível para verificar e conversar consigo.

O Agroparque é um instrumento que devemos todos aproveitar porque conseguimos um financiamento raro, e que eu estou certa que será um projeto benéfico, não é para nós, é para vós, que lá estão, que lá trabalham, mas que tem estado há anos, há décadas em conflito com a Câmara Municipal e que é um conflito que acabou nos tribunais e do qual a Câmara Municipal saiu vencedora em todos. Portanto, em vez de entrarmos numa questão de permanecer o conflito, o Agroparque é a solução para reconhecendo aqueles que lá estão há muito tempo, mas que possam continuar a lá estar, mas de uma forma legal e colaborante entre todos. Volto a dizer aquilo que disse na reunião onde a senhora esteve. A Câmara Municipal não tem como missão ser agricultora, a Câmara quer valorizar os seus terrenos agrícolas que é também o que está no seu Plano Diretor Municipal, quer aumentar terrenos agrícolas, mas quer fazer uma agricultura que seja sustentável não apenas ambientalmente, mas também em termos de mercado. E por isso é que o projeto do Agroparque tem uma marca associada que é Terras da Costa e do Mar, porque também queremos trabalhar com a comunidade piscatória.

Mais uma vez, estou disponível para voltar a fazer uma reunião convosco para esclarecer, esclarecer e acalmar as angústias.

Portanto, não há ninguém que seja expulsa, a menos que de facto queira continuar numa situação de confrontação que a Câmara Municipal não quer ter.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Muito rapidamente para os professores. Associação de Pais, tanto quanto eu sei têm uma reunião marcada com a Senhora-Vice-presidente amanhã. Portanto, Senhor Deputado Luís Palma não entendi a sua intervenção. Eu tenho informação que foi marcada uma reunião convosco, que pediram à Senhora Vice-Presidente para amanhã. A Senhora Vice-Presidente não estando agora presente, e eu não tendo tempo para responder a todas as questões, deixo aqui claro que as respostas que pediram vão ter na reunião que já foi marcada penso que a semana passada e que está agendada para amanhã. Amanhã poderão obter as respostas às perguntas que colocaram.

Todo o cidadão merece obviamente resposta, mas estando englobado num problema coletivo parece-me que é mais ajuizado para uma entidade como a Câmara Municipal, começar por tratar o problema coletivo e depois ver o problema individual de cada um. Eu volto a dizer, a reunião está marcada para amanhã.

Agradeço à Senhora que deu as sugestões seja para o estacionamento, seja para a questão das limpezas. Está gravado, não tenho tempo disponível para lhe responder, agradeço as sugestões iremos examinar o que propôs."

**6 – Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.**

**6.1 – Para apresentarem Declarações Políticas usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Bruno Ramos Dias (CDU), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), António Pedro Maco (CDS-PP).**

**6.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias (CDU):**

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Ontem mesmo passaram 48 anos sobre o dia 2 de Abril de 1976, data em que foi aprovada e promulgada a Constituição da República Portuguesa, emanação do processo libertador da Revolução de Abril e da luta do nosso povo.

É esse ato fundador da democracia portuguesa que aqui hoje comemoramos para, com ele, celebrar uma das mais avançadas e progressistas constituições que o século XX havia de conhecer, e que tem provado ser, nestes anos da sua vigência, um suporte fundamental e indispensável na regulação da nossa vida democrática, mas igualmente um sustentáculo que reforça a legitimidade da luta, dos anseios e aspirações dos trabalhadores e do povo a uma vida melhor, num Portugal mais fraterno e solidário, mais livre e mais democrático.

O Grupo Municipal da CDU, com esta declaração política, pretende assim assinalar e celebrar uma Constituição que, sendo inseparável desse ímpar processo revolucionário que se inicia em 25 de Abril de 1974 e dos valores que projetou de liberdade, democracia, justiça social, paz e soberania. E que é, essencialmente, fruto da luta dos trabalhadores, da juventude, do povo português que viram nela refletidos os seus direitos, as suas aspirações, as conquistas e as profundas transformações e mudanças que protagonizaram, num tempo de viragem e rutura com a ditadura fascista, a opressão e o colonialismo.

As conquistas e transformações operadas pelo processo revolucionário produziram profundas e radicais alterações na sociedade portuguesa e nas estruturas socioeconómicas: o fim da guerra, a democracia política e os partidos políticos, a liquidação do capital monopolista, as nacionalizações e reforma agrária, o poder local democrático, as liberdades, liberdade sindical e direito à greve, direitos das mulheres e dos jovens, a soberania nacional.

Foi essa luta e essa profícua aliança que permitiu que a Revolução tomasse um vastíssimo conjunto de medidas a favor dos trabalhadores e do povo, e que deixou a sua marca indelével na Constituição da República Portuguesa. Como sublinhou Álvaro Cunhal, "O maior mérito da Constituição é traduzir, não apenas o resultado dos trabalhos da Constituinte, mas o resultado da luta do povo português e de todas as forças revolucionárias."

Permitam-me expressar o nosso inextinguível reconhecimento aos militares de Abril que devolveram a dignidade e a liberdade ao povo, e o direito a decidir o seu futuro, e que daqui preste homenagem aos deputados constituintes que, com o seu honroso trabalho, lhe deram forma e selaram esse compromisso coletivo com o Portugal democrático, de progresso e independente que a Constituição de 1976 consagrou.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Trabalho para o qual o PCP se orgulha de ter dado uma generosa e qualificada contribuição e, posteriormente, nos árduos combates travados em sua defesa, mas também na exigência do respeito pelas suas normas, valores e projeto, e pela sua efetivação. E permitam-me que mencione, de forma particular, alguém que esteve entre esses homens e mulheres, um Deputado Constituinte que viria a ser, durante mais de 30 anos, Presidente desta Assembleia Municipal – o meu camarada José Manuel Maia.

Senhor Presidente, Senhores/as Autarcas, Senhores/as Múncipes,

A Constituição que hoje celebramos teve desde o momento da sua construção inimigos declarados, mas também inimigos dissimulados como se tornou evidente no decorrer destes 48 anos da sua vigência.

As forças conservadoras e retrógradas, políticas e sociais, os grandes interesses económicos e financeiros, os grandes senhores da terra, nunca se conformaram com seu projeto libertador e emancipador e viram a Constituição de Abril como um obstáculo à reposição e afirmação dos seus interesses e do seu poder perdido.

Em muitos momentos, tais forças que se opuseram à Constituição fizeram dela o bode expiatório dos males do País para iludir as graves responsabilidades da política de direita conduzida por governos que explicitamente a afrontavam ou omitiam para servir os seus interesses ilegítimos e que são a verdadeira causa das dificuldades do País e dos portugueses.

Também por isso mesmo, a Constituição que hoje celebramos enfrentou recorrentes ofensivas que a mutilaram e empobreceram em várias áreas e relevantes aspetos, limitando o seu alcance e conteúdo progressista.

Em sete processos de revisão constitucional entretanto ocorridos, na base de acordos entre o PS e o PSD, sempre com o apoio do CDS, alguns aspetos fundamentais da Constituição da República aprovada em 1976 foram sendo eliminados ou descaracterizados e foi aberto o caminho para o desastroso processo de privatizações, para a alienação da soberania nacional a favor das instituições supranacionais da União Europeia, para a inviabilização prática da regionalização, para a liquidação de transformações revolucionárias conquistadas pela revolução de Abril.

Mas apesar de tudo isso, a Constituição manteve e continua a ter, na sua própria natureza e substância, um pendor progressista e uma forte vinculação aos direitos dos trabalhadores e das populações, bem como a justos objetivos de desenvolvimento sustentado e de justiça social. Por isso, continua atual a sua defesa e a luta pela sua concretização nos mais diversos aspetos.

É, por isso mesmo, certo afirmar que a comemoração do aniversário da Constituição é, em si mesmo, um ato de resistência pelo presente e de construção do futuro.

Apesar de toda as ofensivas de que a Constituição foi alvo e dos golpes e mutilações que acabou por sofrer, as forças reacionárias nunca conseguiram apagar o projeto de democracia avançada que a Constituição da República projeta para o futuro de Portugal – e o texto constitucional continua a consagrar um conjunto de princípios, normas e valores que dão suporte a um verdadeiro projeto de desenvolvimento soberano do País.

Mas ao mesmo tempo, importa também recordar, e valorizar, a luta que foi (e é!) desenvolvida e ampliada nas empresas e locais de trabalho, e nas escolas, e nos movimentos e espaços de cultura do concelho e do país, agora pela defesa da Constituição da República e pela exigência do seu cumprimento.

A luta em defesa da Constituição e pelo cumprimento do seu projeto é uma das tarefas que somos chamados a cumprir neste tempo em que vivemos, marcado pela agudização das desigualdades e injustiças sociais, pela depredação dos recursos naturais, pela utilização mais uma vez da guerra como saída para a crise estrutural do capitalismo, pelo agravamento dos problemas estruturais do País com as preocupantes consequências económicas e sociais que já se fazem sentir.

Costumamos dizer que a primeira linha de defesa dos direitos é exercermos esses mesmos direitos.

Nos dias de hoje, defender a Constituição significa fazer uso dela enquanto garante de importantes direitos políticos, económicos, sociais e culturais dos trabalhadores, da juventude e do povo, mas também exigir o seu cumprimento naquilo que mantém de projeto de futuro e documento enquadrador das soluções para os



problemas nacionais. E sempre, em quaisquer circunstâncias, será necessário lutar contra políticas que neguem na prática a efetividade das disposições constitucionais e dos direitos constitucionalmente consagrados.

A convergência e unidade dos patriotas, dos democratas, dos trabalhadores e do povo pela exigência de rutura com a política de direita e de afirmação de uma política alternativa que projete os valores de Abril no futuro de Portugal encontra, por isso, na defesa da Constituição da República um dos mais nítidos e relevantes elementos para a sua concretização como ponto de partida para as transformações sociais mais avançadas pelas quais lutamos.

A força do Povo com que na Constituição foram inscritos os valores de Abril continua a ser a força com que se pode contar para a defender, dar-lhe vida a fazê-la realidade. Também para essa luta temos o ponto de encontro marcado para o dia 25 de Abril, nas comemorações populares da Revolução.

Lá estaremos na Avenida, lá estaremos nas empresas e locais de trabalho, lá estaremos nas escolas, no movimento associativo e cultural. Lá estaremos na luta!

Viva a Constituição de Abril! Viva a Liberdade!"

6.1.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É com profundo sentimento de orgulho, que nos dirigimos a todos vós hoje, para celebrar as eleições legislativas de 10 de março de 2024, que demonstraram ser um testemunho do compromisso cívico dos portugueses, refletido numa significativa redução da taxa de abstenção.

Esta mudança é um sinal claro de um povo mais empenhado, mais informado e mais determinado em fazer ouvir a sua voz. Esta ida massiva às urnas, válida de forma extraordinária os resultados obtidos e reforça a posição do CHEGA como representante dos anseios de um número cada vez maior de portugueses.

A derrota do Partido Socialista e a formação de uma nova maioria parlamentar de direita marcam este como um momento de viragem.

Contudo, a verdadeira história deste feito, é a ascensão do CHEGA como terceira força política no país, conquistando 50 Deputados e, mais importante, colocando um ponto final no bipartidarismo que há décadas domina o cenário político nacional. Esta é uma vitória não apenas para o CHEGA, mas para todos aqueles que ambicionam uma política mais representativa.

A recente alteração do paradigma político-partidário dos últimos 50 anos, fez-se sentir em todo o país, tendo sido o foco de grande parte do conteúdo televisivo das últimas semanas, como todos temos assistido. Vivemos tempos de mudanças profundas. Vivemos tempos de responsabilidade.

No entanto, é para as populações do município de Almada que nos dirigimos em primeiro lugar.

Uma palavra de agradecimento não será suficiente para retribuir o reconhecimento para todos os eleitores que votaram no CHEGA.

Tendo ficado em 2º lugar em duas das 5 Freguesias, e em terceira posição nas restantes três, foi para nós um excelente resultado e que nos orgulha.

É um privilégio honrar a confiança que nos foi incumbida, devolvendo à comunidade nada mais nada menos, que trabalho árduo e permanente na defesa dos interesses das populações almadenses e na luta por uma melhor qualidade de vida no Município de Almada.

Por isso, não nos importamos que as nossas propostas sejam reprovadas e posteriormente implementadas com outro nome por outro partido. Pois agimos de acordo com o nosso dever.

Não nos importamos que critiquem os valores que defendemos como a Família, Luta Contra a Corrupção, o Trabalho, a Justiça, ou os pintem de outra cor e se apropriem deles.

Pois agimos de acordo com o nosso dever e é por esse motivo que somos a terceira força política.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Queremos, portanto, felicitar todos os envolvidos neste processo eleitoral e em especial os cidadãos que exerceram o seu direito de voto.

A todos... Muito Obrigado.”

6.1.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Das eleições realizadas no último dia 10 de Marco, quiseram os portugueses virar a página de mais um ciclo político que se fecha. Quiseram os portugueses que mudanças profundas sejam concretizadas no país e que uma nova esperança seja dada aos mesmos.

Encerra-se um ciclo da governação socialista que durava há cerca de oito anos e que para perplexidade de todos, não teve nem arte nem engenho, para garantir e sustentar uma maioria absoluta.

Não importa agora o passado, importa olharmos para o presente e com os olhos postos no futuro e galvanizar Portugal das novas gerações para a prosperidade e o nível e qualidade de vida que todos ambicionamos.

Há metas e objetivos definidos a cumprir, em concreto o PRR que não devemos deixar desperdiçar. São investimentos estruturantes e de monta que devem ser priorizados e concretizados. Portugal não pode esperar mais. Na educação, na saúde, nas forças de segurança, na habitação, no emprego e economia, na área do social, só pare dar alguns exemplos, muito há por fazer. O nosso Governo saberá com certeza estar à altura das necessidades e dará respostas aos problemas e estará à altura dos desafios.

Sabemos que não é um caminho fácil. A conjuntura eleitoral constitucional resultante da vontade do povo, definiu uma maioria relativa de um governo que terá de governar com diálogo, abertura e gerar consensos em matérias fundamentais para a gestão do país. Os portugueses querem estabilidade e confiança nas suas vidas, exigindo-se à classe política e aos seus eleitos a total responsabilidade não só institucional, mas também patriótica.

Pede-se assim quer ao Governo, quer à Assembleia da República, nesse sentido, responsabilidade e de cooperação entre os mesmos Órgãos de Soberania a fim de devolver a confiança aos portugueses.

Nem só de políticas nacionais devem-se preocupar os governos e a oposição. Portugal tem fruto da sua Constituição, um importante poder de administração e gestão das pessoas e seu património: o Poder Local. Também com o Poder Local, espera-se cooperação e entendimento com os olhos postos no desenvolvimento e prosperidade. Só com uma constante e permanente articulação, se pode dar andamento a ideias e a projetos que definam e materializem uma verdadeira gestão municipal, naqueles que são os grandes investimentos e intervenção no espaço público local, ainda por mais com a ambiciosa mas não fácil tarefa de implementação e de continuidade das tão recentes transferências de competências em áreas de relevo das mãos do Estado para as Autarquias. É um caminho que tem de continuar a ser trilhado ajustando os formalismos das normas às necessidades locais.

As Autarquias e os seus Órgãos Locais aos quais a Câmara Municipal de Almada e esta Assembleia Municipal, não são alheios, antes pelo contrário, devem continuar a pugnar pelos interesses dos almadenses junto do Poder Central. Os bloqueios, os entraves e os jogos político-partidários, rejeitam-se categoricamente, e devem dar lugar ao consenso, à procura de soluções, ao diálogo permanente e sobretudo, ao sentido e espírito de missão para com as populações. Este caminho tem dois sentidos e serve para ambos os lados, onde os principais interesses devem estar focados nessas mesmas populações.

Almada tem ainda em falta grandes projetos estruturantes que teimam em sair do papel. Não chega apresentações, não chega maquetes, não chegam anúncios em cima de eleições ou outdoor ou notícias nos jornais a prometer aquilo que há muito está por fazer. E preciso e urgente fazer mesmo, e com essa concretização a realidade atingirá também os almadenses.

O dia 10 de Marco saiu o povo à rua para exercer um dos mais elementares e importantes direitos: o exercício do voto livre e em consciência. E preciso tirar ilações deste resultado, é preciso fazer diferente.”



7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Expansão da Rede de Carregamento de Veículos Elétricos do Município de Almada e respetivo Procedimento de Concurso de Concessão”;

7.1.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

7.1.1.1 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Almada foi um dos Município pioneiros na promoção da mobilidade elétrica em Portugal, tendo integrado em 2009 a rede de piloto para a mobilidade elétrica.

Aquilo que propomos aqui agora, é que seja feita uma expansão da rede de postos de pontos de carregamento de veículos elétricos, prevendo a instalação de 82 novos pontos, distribuídos pelas várias Freguesias e cuja disposição e organização para efeitos de atribuição de licenças, redondeou na constituição de 5 lotes cada um englobando várias Freguesias, assegurando deste modo um aumento e repartição uniformes dos postos de carregamento por todo o Concelho.

Assim, propomos que esta Assembleia Municipal delibere favoravelmente os termos do procedimento da concessão conforme documentos anexos à proposta, a designação do Júri do procedimento proposto, a delegação do Júri das competências para a possibilidade de determinar a abertura da proposta, a ocorrer no dia útil seguinte à data limite para a sua apresentação, a competência para prorrogar o prazo da apresentação das propostas, a designação dos gestores do contrato e a aprovação das normas de funcionamento interno quanto à gestão e fiscalização da rede, com possível acordo a incluir em contrato programa entre o Município e a Empresa Municipal WEMOB, assim como autorização dos encargos inerentes ao ato de publicação do anúncio em Diário da República.”

7.1.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade através da seguinte:

#### **DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea p), do nº 1, do artigo 25º, anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação em vigor, delibera aprovar o contrato de concessão da expansão da rede de carregamento de veículos elétricos do Município de Almada, nos precisos termos da deliberação camarária de 19 de fevereiro, que aprovou a proposta nº 2024-52-SMES.*

7.2 – Entrou-se no ponto 3.2 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “sobre “PRR-OIL2 – Costa da Caparica. Declaração de Interesse Municipal do futuro edifício municipal de apoio ao Agroparque”;

7.2.1 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU), nos termos do artigo nº 53º, do Regimento da Assembleia Municipal de Almada, para apresentar um requerimento de baixa à Comissão Permanente, da proposta do ponto 3.2 da ordem de trabalhos.

7.2.1.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A CDU fez uma intervenção no período do público relativamente a esta proposta, solicitando que ela baixe à Comissão Especializada da Assembleia Municipal, porque entendemos que uma das mais importantes conquistas do 25 de Abril e da Liberdade, foi o podermos ouvirmo-nos uns aos outros e entendermo-nos uns aos outros.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Foram aqui suscitadas uma série de questões durante a reunião de hoje, por pessoas diretamente envolvidas nesta proposta, que justificam e merecem a melhor atenção e a melhor fundamentação para a deliberação que iremos tomar nesta Assembleia Municipal.

Portanto, entendemos que é justa a nossa proposta de baixa à Comissão e entendemos que é justa do ponto de vista do funcionamento da Assembleia Municipal, mas sobretudo daquilo que é a decisão que esta proposta encerra e que vai afetar obviamente, as pessoas que estão envolvidas neste processo.

Portanto, reiteramos aqui a nossa proposta de retirada desta proposta da agenda da reunião de hoje.”

7.2.2 Nos termos do nº 2, do artigo nº 51º, do Regimento da Assembleia Municipal de Almada, para interpelações à Mesa, usaram da palavra os Senhores/as Deputados/as Municipais Ana Margarida Lourenço (PS), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), António Pedro Maco (CDS-PP) e José António Rocha (BE).

7.2.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu acho que é importante nesta fase, todos termos a consciência daquilo que tem sido o trabalho desenvolvido pelos vários órgãos do Município e as condições que são dadas a cada um.

O Partido Socialista que é o partido que sustenta esta Câmara Municipal, com muito orgulho, e eu posso dizer pessoalmente, que conheço desde sempre e desde o início, aquilo que é a forma como esta Presidente de Câmara olha para aquele território, e sempre soube exatamente, que ali haveria muito a fazer, principalmente com o respeito por aqueles que lá sempre trabalharam aquelas terras.

Mas permita em relação a esta questão que foi colocada pela CDU, é importante que toda a gente saiba que esta proposta já foi à reunião da Câmara Municipal, e foi aprovada por unanimidade.

Todos os partidos representados nessa Assembleia Municipal, foi-lhes dado por este executivo, desde o mandato anterior, terem as condições de assessoria necessárias para estudarem todas as matérias que são apresentadas nas reuniões. Nós não compactuamos com esta questão de à última hora, porque alguém vem aqui falar, retirar uma proposta da ordem de trabalhos.

Portanto, o Partido Socialista aquilo que pede porque confia e sabe, que a Câmara Municipal fez um trabalho de diálogo com as pessoas que lá estão, com a população, houve um trabalho que foi feito, um trabalho sério, esta Câmara Municipal está a aproveitar um financiamento que de outra forma não conseguiria ter, está a aproveitar uma oportunidade para poder dar condições aqueles agricultores a conseguirem escoar o seu produto e a sua produção e portanto, houve mais do que tempo para estudar esta proposta, houve mais do que tempo para ouvir quem de direito, e aquilo que o Partido Socialista reitera mais uma vez, é que esta proposta possa ser votada hoje.”

7.2.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido CHEGA não tem representação na Vereação e como tal face ao que foi aqui exposto hoje, nós concordamos com a Senhora Presidente, é preciso esclarecimento, muito esclarecimento, que não foi dado visivelmente à população.

A população continua sem saber o que é que vai acontecer, continua sem resposta sobre o que é que vai ser feito às casas de habitação primária, é dito que não há polícia, mas comprovadamente esteve a polícia. Há um conjunto de situações que estão em dúvida, e pela transparência, precisamos esclarecer a situação antes de fazer esta votação. Porque de outra forma, não temos outra hipótese senão votar contra.

A proposta pode ter o seu mérito, pode ter a sua vantagem, pode ser benéfica, mas há muitas dúvidas. E a bem da proposta e da transparência, propomos que seja retirada, seja esclarecida a população e então depois, nas próximas sessões, e temos algumas relativamente próximas, seja novamente discutida.”



7.2.2.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS solicita também a retirada desta mesma proposta e com certeza não é a primeira vez que aconteceria, já aconteceram “n” situações em que as propostas foram retiradas e, portanto, estamos a cumprir o Regimento.”

7.2.2.4 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Da parte do Bloco de Esquerda, nós vimos a proposta, a questão que se prende é que não tínhamos ouvido as intervenções que hoje aqui tiveram lugar. Portanto, após ouvir as intervenções, deixa-nos algumas dúvidas, portanto, acompanhamos a proposta de retirada da proposta.”

7.2.3 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

7.2.3.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como sabem, faz parte do Regimento, o proponente tem que concordar com a Baixa à Comissão, a Câmara Municipal não concorda, portanto, propõe a votação desta proposta e cada um votará como entender.

Em resposta às interpelações que foram feitas, a Câmara Municipal não aceita a baixa à Comissão, propõe a sua votação, cada um votará com a sua consciência que tem, ou então a tentativa de aproveitamento político que quer fazer.

Um dos grandes problemas da política hoje em dia, e por isso é que as pessoas muitas vezes tentam enganar, quando tentam fazer crer que está hoje em dia em votação é algo que não está em votação.

Não é o projeto do Agroparque que está a votação. O projeto do Agroparque já foi apresentado, já tem uma candidatura, já foi assinado, já tem financiamento e vai acontecer.

O que está hoje aqui em votação, é a Declaração de Interesse Público porque aquela zona é considerada RAN e REN, a Declaração de Interesse Público, para que possa ser construído de forma leve e sustentável, um equipamento, que é um equipamento de apoio aos agricultores e a todo o projeto no seu todo.

Portanto, não está aqui em votação nem construções de casas, nem o próprio Agroparque, nem sequer outro tipo de equipamento. Eu percebo a Senhora Deputada Margarida Lourenço, porque basta ler a proposta que eu me vou escusar de ler toda, para qualquer dos seus Deputados aqui presentes perceber.

Quando vos dizem que têm dúvidas sobre o que está a ser votado, estão a enganar-vos deliberadamente, porque das duas uma, ou não leram a proposta e não fizeram o seu trabalho, ou então acharam que podiam aproveitar-se das suas angústias, e volto aqui a reiterar, toda a nossa disponibilidade enquanto Câmara Municipal no seu todo e minha enquanto Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as dúvidas que tenham.

O que está aqui em cima da mesa, é a possibilidade de enviarmos para as entidades competentes, a construção de um equipamento, que caso não seja considerado de interesse público, não pode ser construído por estar em zona de REN e de RAN, equipamento esse que e passo a ler: “a execução do edifício municipal de apoio à gestão do Agroparque, aos agricultores, um edifício para dar apoio aos agricultores, e de promoção da atividade agrícola deste espaço.” Estamos a falar de um edifício, em grande parte temos um estudo prévio, em grande parte dele é em madeira, é de pequenas dimensões, é mais pequeno do que um simulacro de cozinha que andaram para lá a construir e que está todo em ruínas, e os senhores conhecem bem, e que foi provavelmente feito sem as regras necessárias, ligando com os aspetos territoriais e paisagísticos, é um elemento crucial.

Por outro lado, e eu continuo a ler: “o edifício assumirá uma perspetiva multifuncional e dinâmica, constituindo-se formalmente, como um imóvel municipal capaz de responder às exigências do espaço municipal”.

Portanto, volto a referir, não é o projeto Agroparque, esse já está aprovado. A candidatura já foi e a verba já foi atribuída, já está em execução. Eu reuni com dezenas de agricultores, posso não ter reunido com todos, mas



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

reuni com o seu marido como a senhora reconheceu. Estou disponível para voltar a reunir, reuni com o senhor Américo e com os seus amigos, que eu terei todo o gosto de voltar a receber. Estou disponível para voltar a reunir.

A proposta que aqui está, é a possibilidade de construirmos um equipamento de apoio aos agricultores e à atividade agrícola, e é essa a razão pela qual a Câmara Municipal não aceita que a proposta baixe à Comissão, porque a proposta é claríssima, não tem nenhuma dúvida e não tem nada a ver com as dúvidas que os senhores podem ter e que volto a dizer que estamos totalmente disponíveis para responder sempre que quiserem e desejarem.”

7.2.4 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais António Pedro Maco (CDS-PP), João Eduardo Geraldes (CDU), Ana Margarida Lourenço (PS), Maria Amélia Pardal (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

7.2.4.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, com toda a calma e com todo o respeito, porque são terras, são proprietários que estão aqui em causa.

Eu acho que aquilo que os partidos que pretendem a baixa à Comissão, e o CDS já disse que vai solicitar que a Senhora Presidente possa estar presente na Comissão para prestar todos os esclarecimentos, porque uma situação não é separada uma da outra. É no mesmo espaço, são agricultores, e eu acho que para bem de todos, e nomeadamente, para as pessoas visadas, carece de melhor esclarecimento.

Portanto, acho que solicitar que esta proposta baixe à Comissão, acho que demonstra também uma abertura por parte da oposição, e também não podemos votar já contra nesta matéria e depois seguimos os tramites normais, porque penso que ninguém quer barulho com esta situação Senhora Presidente. E estar a dizer, que é aproveitamento político, quando não se tem argumento, acho que revela também aqui um bocadinho falta de competência.

Depois, Senhora Presidente, sinceramente, o CDS não está esclarecido. Eu conheço o processo, outros processos que não têm a ver exatamente com este, mas aquilo que eu peço é que possa repensar e possamos discutir esta matéria naquela que é a Comissão Especializada, com outras entidades envolvidas também, porque também gostaríamos de conhecer mais aprofundadamente, para que todos possamos e que se for um bom projeto, cá estará o CDS para aprovar também.

Agora, uma coisa posso garantir, Senhora Presidente, tudo aquilo que for para desprestigiar o trabalho dos agricultores e as suas vidas não contará com o CDS.”

7.2.4.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Essa questão já foi suscitada. Nesta matéria como em qualquer outra matéria, quando os Deputados Municipais desejarem que eu vá com os serviços à Comissão esclarecer qualquer matéria, estamos sempre disponíveis. E terei todo o gosto e muito orgulho em apresentar-lhe este projeto.

Esta proposta nada diz respeito, é uma ínfima parte para podermos lançar um procedimento para avançar com um projeto de criação de um espaço, que é um espaço de apoio à atividade agrícola e aos agricultores, ninguém vai ficar sem casa por causa deste espaço, pura e simplesmente, como se trata de um território que tem REN e RAN, tem uma série de procedimentos para poder ser licenciada uma construção mesmo que ela seja leve, provisória e de madeira.

Portanto, tenho toda a disponibilidade Senhor Deputado Municipal, como sempre tive até à data, não me chegou nenhum pedido para ir à Comissão, mas antes mesmo que chegue digo-lhe já a minha total disponibilidade, honra e orgulho de vos ir apresentar este que é um dos grandes projetos que temos para a



Costa da Caparica e para comunidade dos agricultores, há anos na Costa da Caparica e que por fim temos aqui uma solução que eu estou certa será vantajosa para todos.”

7.2.4.3 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Pedi a palavra apenas para clarificar a posição da CDU, dizendo à Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço, e por acréscimo também à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que a CDU obviamente leu a proposta, teve tempo para a ler e teve condições para a ler. Agora, o que está a acontecer aqui hoje, é que aquilo que está escrito na proposta que a CDU leu, que a CDU trabalhou, que a CDU trazia preparada para votar, não é aquilo que se está a passar no terreno. E não é aquilo que se está a passar no terreno em função de 5 intervenções que foram feitas nesta Assembleia Municipal, não foi antes desta Assembleia Municipal, foi nesta Assembleia Municipal.

E há um princípio básico em democracia, quando temos dúvidas mais vale travar, mais vale parar, e fazer bem. O que é que impede esta proposta ser adiada durante dois ou três dias? Nós temos uma Assembleia Municipal marcada para este mês, o que é que impede que esta proposta seja discutida nessa altura? Alguma coisa impede? É preciso que esta proposta seja obrigatoriamente hoje aqui discutida face à contestação que ela foi objeto nesta reunião? E eu lembro aqui as pessoas contestaram esta proposta, depois de tudo aquilo que já foi aqui dito relativamente à mesma pela Senhora Presidente, continuam aqui e continuam a contestar, e nós não as ouvimos? Não é um princípio democrático ouvir as pessoas mesmo que elas não tenham razão? Se elas estão a suscitar um problema que é um problema que nós temos entre mãos para resolver nesta sessão, não é isso um princípio democrático a que nós devemos amarrarmo-nos todos?

Reiteramos a nossa proposta. Há condições para que esta proposta seja discutida num curtíssimo prazo. Portanto, é melhor que ela seja discutida com todas as condições de segurança relativamente à decisão que vamos tomar, do que ela seja discutida com as dúvidas todas que aqui foram suscitadas hoje.”

7.2.4.4 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal João Geraldês, é claro que a democracia é isto mesmo, é podermos discordar dos pontos de vista, é podermos discordar da forma de agir e é podermos ter entendimentos diferentes, tudo isto num órgão democrático que é e continuará a ser esta Assembleia Municipal.

Mas como a Senhora Presidente de Câmara disse e muito bem, o que aqui se está a votar, não é nada daquilo que a CDU está a querer passar que se está a votar. O Agroparque será uma realidade, isto que está a ser feito tem de vir à Assembleia Municipal para ser declarado o interesse público porque se trata de território RAN e REN, e a Assembleia Municipal que tem essa competência, mas a Câmara Municipal e a Senhora Presidente de Câmara, no uso das suas competências, já aprovaram este projeto, este projeto vai ser uma realidade, não há nada que diga e o Partido Socialista mais uma vez, reitero, confia no processo que foi levado a cabo pela Câmara Municipal, um processo de diálogo com quem está no terreno, isso foi feito e o Partido Socialista não tem motivos para achar o contrário.

Portanto, com todo o respeito democrático que tenho, até pelas pessoas que aqui vieram hoje e que até a esta hora estão aqui, e por isso também agradecer-lhes porque é importante também todos nós estarmos esclarecidos, mas se dúvidas existem em relação à Declaração de Interesse Público, deste projeto, a proposta que podemos fazer é que se alargue então a grelha prevista para se poder debater e esclarecer o que for necessário. Porque não há nada, não há absolutamente nada, que esta proposta dê resposta aquilo que são as questões colocadas pela população porque uma coisa não tem a ver com a outra. Isto é a possibilidade e a autorização, para se fazer uma construção precária ou modelar, naquele território porque se trata de um território RAN e REN. E nós temos de dar esta Declaração de Interesse Público. E o Senhor Deputado João Geraldês sabe muito bem disto. E todos os Deputados que aqui estão sabem muito bem disto.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Aquilo é território RAN e REN. Portanto, aquilo que nós estamos a fazer é a querer fazer de acordo com o enquadramento legal, aquilo que é necessário fazer lá, que é para prestar apoio à atividade agrícola que já lá existe. E que já lá existe há muitos anos, há muitas décadas, há 5 gerações como a senhora munícipe referiu e bem, e que vão ter esse apoio.

Portanto, aquilo que aqui está a ser votado não é nada daquilo que a CDU está a dizer que é necessário esclarecer, estudar, aprofundar. Isto é uma questão muito simples porque aquilo que deveriam ter feito era antes de votarem a proposta na reunião de Câmara, é que deviam ter levantado essas questões, não hoje.”

### 7.2.4.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu respeito e até gosto de debate político. Não tenho nenhum tipo de respeito, para desonestidade intelectual.

E eu vou voltar a ler a proposta. A presente proposta à Assembleia Municipal, para depois mandarmos para as entidades competentes, e os anexos que é a planta de localização do edifício, os estudos do edifício, têm convosco uma informação de serviço que diz a descrição do edifício, assim daqui resulta o projeto assente nas seguintes premissas: edifício ecológico e eficiente energeticamente, multifuncional, receção, apoio aos pescadores e aos agricultores, Centro de Interpretação, Centro de Informação e Incubação, querendo inclusivamente, criar um espaço de venda de produtos.

Portanto, eu vou voltar a dizer, não é o projeto, e para que não haja dúvidas, na reunião que eu fiz na coletividade, deixamos lá uma planta pendurada durante 2 meses.

Eu quero deixar claro não só para as pessoas que cá estão, honestamente e de mente aberta eu volto a dizer, a minha total disponibilidade em permanência para vos ouvir, a minha total disponibilidade para ir à Comissão esclarecer, a minha total disponibilidade, minha e de todos os serviços que lá têm estado em permanência. Esta proposta não diz respeito a algo que já está a acontecer. Diz respeito à possibilidade de criar um espaço de apoio à agricultura, à venda, aos produtores. E por ser isso, é que esta proposta foi de facto votada por unanimidade na Câmara Municipal. E eu acho estranho, que o líder da bancada da CDU aqui, que por acaso até é assessor dos senhores vereadores na Câmara Municipal, precise de vir à Assembleia Municipal para se lembrar que há pessoas a morarem nas Terras da Costa. Portanto, agradeço a vossa vinda porque por fim o senhor líder da bancada da CDU, lembrou-se que há pessoas na Costa da Caparica e nas Terras da Costa. Pois nós já sabíamos e por isso é que lá estivemos.”

### 7.2.4.6 – A Senhora Deputada Municipal Maria Amélia Pardal (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só duas questões.

Primeira questão, a CDU não está contra o conteúdo desta proposta. A questão é que nós estamos a tratar um problema altamente complexo, que tem a ver com o Agroparque e que tem a ver com a questão que está hoje em discussão e que vai exigir um processo altamente participado, como a Senhora Presidente disse, eu tive funções nesta casa e, portanto, também sei, acompanhei este processo.

Senhora Presidente, não tenho funções nesta casa ao contrário do que acabou de dizer, porque senão não estaria a dizer coisas que tenho dito aqui relativamente a estas matérias e outras, não tenho funções nesta casa, porque já não sou técnica desta casa, sou eleita municipal e, portanto, direi aquilo que a CDU entender que eu devo dizer sobre estas matérias.

Portanto, aquilo que nós queremos, não é que este processo pare todo para fazer qualquer conjuntura ou qualquer malabarismo estanho. O que nós achamos é que este processo merece de facto, uma discussão mais aprofundada e um nível de participação das pessoas mais elevado.

E o facto de os nossos vereadores terem votado a favor deste processo, não significa que na Assembleia Municipal, a CDU depois de refletir e depois de ouvir as pessoas que cá vêm não mude o seu sentido de voto.



Continuando a achar que o conteúdo da proposta é correto, não é o momento de o fazer. E só por teimosia Senhora Presidente, pela sua teimosia, é que nós não retiramos a proposta, não discutimos de outra forma.”

7.2.5 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 21 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes das Uniões de Freguesia que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 17 votos contra sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra; 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP, através da seguinte:

#### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação em vigor, e da alínea a), do nº 3, do artigo 25º do Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional, aprova a declaração de interesse municipal do futuro edifício municipal de apoio ao Agroparque na área norte das Terras da Costa, na Costa da Caparica, nos precisos termos da deliberação camarária de 4 de março, que aprovou a proposta nº 2024-98-DIACS.*

7.2.6 – Para apresentar uma Declaração de Voto usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU).

7.2.6.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A CDU votou contra a proposta que acabamos de votar, não pelo seu conteúdo como já aqui foi referido, a CDU não discorda do seu conteúdo, mas pela absoluta intransigência, quase prepotência atrevia-me a dizer, da Senhora Presidente da Câmara Municipal, que se recusou liminarmente a retirar uma proposta durante alguns dias, para que ela pudesse ser melhor discutida, para que ela pudesse ser melhor ponderada, para que ela pudesse carrear para si própria os contributos que certamente todos os cidadãos têm para dar.

Não é um conceito legítimo de democracia esta forma de atuar, do posso, quero e mando e decide e decide sozinha e enfim, depois impõe aquilo que decide. Nós não aceitamos esse procedimento.

Não discordamos do conteúdo da proposta, mas discordamos profundamente, e profundamente, do comportamento e da forma de atuar da Senhora Presidente da Câmara Municipal.”

7.2.7 – Nos termos do nº 1, do artigo nº 55º, Em Defesa da Honra, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

7.2.7.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente pedi a palavra para defesa da honra, porque não aceito que nenhum Deputado Municipal, por a Câmara Municipal exercer aquilo que é o seu direito regimental que é de aceitar ou não aceitar uma baixa à Comissão, seja acusada de prepotência ou de quase prepotência. É bom que a CDU retenha as palavras que disse, porque a CDU que é tão procedimental, e que fica sempre tão ofendido quando nós nos exasperamos com o gosto pela burocracia da CDU que normalmente não cumpre em causa própria, aqui mais uma vez fica demonstrado.

Portanto, rejeito liminarmente e não aceito as palavras do Senhor Deputado Municipal. A Câmara Municipal no seu legítimo direito democrático, foi-lhe feita uma proposta, enquanto proponente não aceita a baixa à Comissão, continua a reiterar disponível para prestar todo e qualquer esclarecimento sobre este projeto.

Sobre esta matéria a proposta é clara, basta lê-la.”



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7.2.8 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto por escrito.

7.2.8.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Considerando que tornou-se evidente frutos das intervenções dos moradores e agricultores das terras da costa da Costa da Caparica, no ponto da Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal de Almada extraordinária direcionada aos cidadãos e das intervenções da maioria dos grupos municipais do mesmo órgão, o deputado municipal do CDS-Partido Popular entendeu em convergência com a maioria das forças políticas, a retirada da proposta da câmara, no sentido de um maior e cabal esclarecimento de todos os intervenientes.

Mais se acrescenta que o CDS-Partido Popular defende o desenvolvimento do território nomeadamente em locais que denotem graves falhas de intervenção por parte dos responsáveis, não obstante a defesa da legalidade e legitimidade democrática e da salvaguarda das liberdades e garantias dos cidadãos.

Posto isto, o CDS-Partido Popular votou a favor da retirada da proposta em apreço, lamentando, embora respeitando o direito democrático e institucional, que o executivo não tenha sido sensível à vontade da maioria dos grupos municipais e dos moradores e agricultores das terras da costa presentes na sessão.”

7.3 – Entrou-se no ponto 3.3 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Adjudicação e aprovação da minuta de contrato do procedimento da Concessão para Exploração do Festival “O Sol da Caparica”;

7.3.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro.

7.3.1.1 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta vem na sequência de um concurso público lançado pela Câmara Municipal, para a concessão do Festival Sol da Caparica, para os próximos três anos, o ano presente e os próximos dois anos.

Tendo decorrido esse concurso, propomos nos termos legais a aprovação por esta Assembleia Municipal do relatório final do concurso e a aprovação da adjudicação ao consórcio Domingo no Mundo, Música Mov, pelo valor de 41.000.00€ (quarenta e um mil euros) por ano totalizando 123.000.00€ (cento e vinte e três mil euros) valor esse que será reinvestido na Costa da Caparica.

Propomos também a aprovação da Minuta de Contrato anexa à proposta, bem como a delegação de competência na Câmara Municipal para a aprovação dos atos subsequentes.”

Também queria aqui deixar uma palavra de apreço pela empresa que até agora tem executado este projeto, organizava o Festival Sol da Caparica, tendo inclusive este ano recebido o Festival Sol da Caparica um prémio internacional pelo prémio que é o melhor festival de música Ibero-Americano.”

7.3.2 – No debate usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

7.3.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu precisava de alguns esclarecimentos. Chegou ao nosso conhecimento que algumas das entidades que concorreram, estão a intentar um pedido de injunção do concurso, porque terá havido discrepância, situações que são menos claras. Isto é algo que nós podemos estar aqui a votar para depois ser cancelado, porque existe algum fundamento, o que é que se passou com estas duas instituições que se estão a queixar de faltas processuais, podem nos esclarecer sobre o assunto?

Nós concordamos com esta proposta, este modelo para o Festival Sol da Caparica, estamos a favor de que serão os privados a suportar o custo, louvamos o modelo aplicado. Achamos que no futuro até poderá ser aplicado ao



Caparica Surf Fest ou semelhantes através da valorização da marca, somos sempre a favor deste tipo de intervenção.

A nossa preocupação é sempre se a população da Costa da Caparica irá recuperar rapidamente o espaço do jardim onde é usado, se não estará muito tempo impedido e se os fundos serão devolvidos à Junta de Freguesia, se serão feitas obras e melhorias com esses montantes, porque é claramente quem sofre impacto do Sol da Caparica são os municípios da Costa da Caparica.

Mas a situação que nos chegou hoje por email, levantou-nos algumas dúvidas sobre o que se está a passar porque supostamente já são duas entidades a apresentar reclamação sobre o processo, uma por prazos, outra por documentação, gostaríamos de saber se nos pode dar alguma informação sobre o assunto.”

7.3.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, eu não vou falar no caso em concreto porque eu não sei, naturalmente isso está ainda seguido pelo Júri.

Agora, acontece muitas vezes em concursos públicos, que concorrentes que, por uma razão qualquer ou o Júri não pontua, levantarem questões, interrogações e até tentarem travar o procedimento.

Eu não sei o caso em concreto, volto a dizer isto nem sequer ainda é público até a aprovação em Assembleia Municipal, ainda está no âmbito da plataforma. Eu só posso dizer é que temos muitos casos, então neste momento, com muitos concursos públicos, não é por isso que isso não significa de modo nenhum que haja qualquer tipo de irregularidade no procedimento, agora sim, infelizmente, é uma tática corrente de quem por uma razão ou outra não ficou selecionado. As entidades competentes serão que neste caso também é o Júri, não estou a falar do caso em concreto porque não tenho detalhes sobre isso. Até estranho mais do que colocarem questões formais à Câmara Municipal andem a enviar email para a Assembleia Municipal, mas cada um age como entender.”

7.3.2.3 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tal com tive a possibilidade de informar aquando da apresentação da proposta, o valor é para ser investido na Costa da Caparica, portanto penso que a resposta já tinha sido dada antes da pergunta ter sido colocada.

Relativamente a qualquer tipo de contestação, vivemos num Estado de Direito, portanto, o recurso aos Tribunais por quem não se conforma com um determinado tipo de decisão, naturalmente que é um direito que lhes é assistido.

Quanto ao resto, aquilo que Câmara Municipal entende é que estamos perante uma proposta técnica, de um júri técnico, decidiu, analisou, se por qualquer razão há qualquer tipo de contestação, naturalmente, nos órgãos próprios serão dirimidas as questões que venha a ser suscitadas. Agora, apenas nos cabe aqui é fazer a aprovação ou não, da proposta e só aí também é que há um ato final em que possa haver qualquer tipo de reclamação.”

7.3.2 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 21 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes das Uniões de Freguesia que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 14 votos contra sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 3 abstenções, sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP, através da seguinte:

#### **DELIBERAÇÃO**



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea p), do nº 1, do artigo 25º, anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação em vigor, delibera aprovar:*

*o relatório final do Concurso Público nº 0283052023;*

*a adjudicação do objeto do procedimento para celebração de um contrato de concessão de serviços de direção artística, produção, e acompanhamento dos eventos de animação turístico-cultural denominado “Festival O Sol da Caparica” para os anos 2024, 2025 e 2026, ao concorrente nº 1 – DOMINGO NO MUNDO – SOCIEDADE DE ENTRETENIMENTO LDA. Com o NIF 505 506 386 e MUSIC MOV, LDA. Com o NIF 507 706 749, com a atribuição de uma contrapartida financeira ao Município no valor de 123.000,00€ (cento e vinte e três mil euros), ao qual acrescerá o I.V.A., distribuído pelos três anos do procedimento da seguinte forma: Ano 2024 – 41.000,00€; Ano 2025 – 41.000,00€; Ano 2026 – 41.000,00€;*

*e a minuta do contrato a celebrar entre o Município de Almada e a “DOMINGO NO MUNDO – SOCIEDADE DE ENTRETENIMENTO LDA. e MUSIC MOV, LDA.”, nos precisos termos da deliberação camarária de 4 de março, que aprovou a proposta nº 2024-102-DEDL.*

**8** – Tendo-se esgotado a ordem de trabalhos, sendo cerca das 00H00, deu-se por concluída a Reunião da Sessão Extraordinária de abril da Assembleia Municipal.

**9** – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal, dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro, Filipe Pacheco, Miguel Salvado, Gabriel Rosa, Carlos Simões, Maria das Dores Meira, Helena Azinheira, Tiago David Galveia, Mara Martins e Filipa Cruz.

**10** – Foi verificada a presença de cerca de oitenta e cinco munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

**11** – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_ 

O 1º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

A 2ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_